

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA.
Av. Capuaba, s/n - Aribiri, Vila Velha - ES 29119-000.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2025** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade **COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA**, em **31 de dezembro de 2025**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às pequenas e média empresas (NBC TG 1.000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, por ocasião da emissão do Relatório dos Auditores Independentes datado em 18 de julho de 2025 e não continha modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 11 de junho de 2026.

KLAUS XAVIER DE
OLIVEIRA:01728661
706

Assinado de forma digital por
KLAUS XAVIER DE
OLIVEIRA:01728661706
Dados: 2026.06.12 10:47:00 -03'00'

A.C.A. - AUDITORIA E CONSULTORIA
CRC-ES 516/O-5.
Antonio Celso de Almeida
Contador CRC-ES 2.160/O-3

Companhia Portuária Vila Velha S.A.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.507	11.131	Fornecedores		612	621
Contas a receber de clientes	4	5.990	4.293	Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.267	1.138
Impostos a recuperar	5	752	514	Obrigações tributárias		1.632	914
Despesas pagas antecipadamente		304	300	Dividendos a pagar	11b	1.906	1.260
Outros créditos		34	208	Total do passivo circulante		5.417	3.933
Total do ativo circulante		21.587	16.446				
Não circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Créditos tributários e Depósito Judiciais	9	2.472	2.479	Partes relacionadas	10	922	922
Propriedades para Investimentos	6	498	498	Total do passivo não circulante		922	922
Total do ativo realizável a longo prazo		2.970	2.977				
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	6.414	7.990	Capital social	11a	20.410	20.410
		6.414	7.990	Reserva legal	11b	401	265
				Reserva de lucros		3.821	1.883
Total do ativo não circulante		9.384	10.967	Total do patrimônio líquido		24.632	22.558
Total do ativo		30.971	27.413	Total do passivo e patrimônio líquido		30.971	27.413

EDMUNDO FINAMORE
FERRAZ:13151762549

Assinado de forma digital por
EDMUNDO FINAMORE
FERRAZ:13151762549
Dados: 2026.08.25 15:22:49 -03'00'

ADRIANA CHAVES DOS SANTOS:03197432762

Assinado de forma digital
por ADRIANA CHAVES DOS
SANTOS:03197432762
Dados: 2026.08.25 15:15:35
-03'00'

Companhia Portuária Vila Velha S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	32.760	29.282
Custo dos serviços prestados	13	(19.686)	(15.450)
Lucro bruto		13.074	13.832
Despesas operacionais		(11.042)	(7.746)
Despesas gerais e administrativas	14	(11.042)	(7.754)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	8
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		2.032	6.086
Receitas financeiras		1.572	877
Despesas financeira		(65)	(28)
Resultado financeiro líquido		1.507	849
Resultado antes do IR e CSLL		3.539	6.935
Imposto de Renda e CSLL		(818)	(1.629)
Lucro do exercício		2.721	5.306
Lucro líquido por ação		0,13	0,26

EDMUNDO
FINAMORE
FERRAZ:13
151762549

Assinado de forma digital por EDMUNDO FINAMORE FERRAZ:13151762549
Dados: 2026.08.25 15:33:34 -03'00'

ADRIANA
CHAVES DOS
SANTOS:03197
432762

Assinado de forma digital por ADRIANA CHAVES DOS SANTOS:03197432762
Dados: 2026.08.25 15:31:33 -03'00'

Companhia Portuária Vila Velha S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício		2.721	5.306
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		2.721	5.306
Resultado Abrangente Total Atribuído a			
Acionistas Controladores		2.721	5.306
Acionistas Não Controladores		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		2.721	5.306

EDMUNDO
FINAMORE
FERRAZ:1315
1762549

Assinado de forma
digital por EDMUNDO
FINAMORE
FERRAZ:13151762549
Dados: 2026.08.25
15:23:17 -03'00'

ADRIANA
CHAVES DOS
SANTOS:031
97432762

Assinado de forma
digital por ADRIANA
CHAVES DOS
SANTOS:03197432762
Dados: 2026.08.25
15:16:04 -03'00'

Companhia Portuária Vila Velha S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	20.410	-	(1.898)	18.512
Lucro do Exercício	-	-	5.306	5.306
Reserva Legal	-	265	(265)	-
Dividendos Propostos	-	-	1.260	(1.260)
Saldos em 31 de dezembro 2024	20.410	265	1.883	22.558
Lucro do Exercício	-	-	2.721	2.721
Reserva Legal	-	136	(136)	-
Dividendos Propostos	-	-	(647)	(647)
Saldos em 31 de dezembro 2025	20.410	401	3.821	24.632

EDMUNDO
FINAMORE
FERRAZ:1315
1762549

Assinado de forma digital por EDMUNDO FINAMORE
FERRAZ:13151762549
Dados: 2026.08.25 15:23:36 -03'00'

ADRIANA
CHAVES DOS
SANTOS:0319
7432762

Assinado de forma digital por ADRIANA CHAVES DOS SANTOS:03197432762
Dados: 2026.08.25 15:16:23 -03'00'

Companhia Portuária Vila Velha S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.539	6.935
Ajustes por:			
Depreciações		1.651	1.873
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.697)	(1.559)
Outros créditos		174	(149)
Impostos a recuperar		(238)	18
Despesas antecipadas		(4)	(76)
Depósitos judiciais		7	(64)
Fornecedores		(9)	157
Obrigações tributárias		718	454
Obrigações sociais, previdenciárias e outras		129	243
Impostos Pagos		(818)	(1.200)
Dividendos a pagar		647	1.260
Outras Despesas		-	(1.898)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.805	5.994
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(75)	(973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(75)	(973)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos Propostos		646	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		646	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		3.376	5.021
Caixa e equivalentes em 1º de janeiro		11.131	6.110
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro		14.507	11.131
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		3.376	5.021

1. Contexto operacional

A Companhia Portuária Vila Velha S.A. ("Companhia") é um Terminal Portuário Alfandegado especializado na atividade de apoio marítimo *offshore*, está apta a prestar à indústria petrolífera serviços de base de suprimentos, logística marítima, armazenagem de materiais de perfuração, logística no transporte terrestre, serviços alfandegários, além de apoio gerencial, administrativo e de gestão de resíduos com equipamentos e aterros licenciados e certificados pelos órgãos ambientais.

2. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) aprovado pela Resolução nº 1.255/09), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos doze meses.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Para atender às disposições societárias ((Seção 5 NBC TG 1000(R1))), a Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente em suas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas na reunião da Diretoria realizada em 03 de junho de 2026.

Estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões,

inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Desempenho financeiro:

A Companhia presta serviços de apoio a embarcações offshore em operações, armazenagem de cargas de importação e exportação para seus clientes, que são as principais fontes geradoras de receita da Companhia.

Ao longo de 2025 a empresa trabalhou na geração de contratos de prestação de serviços com seus atuais principais clientes, relação comercial anteriormente centrada em operações “spot”.

A combinação da bem sucedido da estratégia de operação lastreadas em contratos comerciais em substituição à prática de operações “spot” somada a retomada das atividades comerciais de exploração de petróleo, que resultaram no aumento da demanda de utilização da infraestrutura portuária no Espírito Santo, observamos a expressiva evolução do resultado de 2024, bem como a reversão de tendência para resultados futuros, dado que em 2025, com os contratos comerciais em plena vigência desde o início do ano, posicionam a companhia num cenário resultados positivos colocando a companhia na perspectiva de retomada de rentabilidade, dada a mudança do patamar de faturamento mensal esperado para 2025.

Continuidade operacional:

A consistente melhora do resultado operacional da Companhia, impulsionada pelo aumento do faturamento, foi suficiente para equilibrar o fluxo de caixa no exercício de 2024. Com isso, eliminou-se a necessidade de aportes financeiros por parte dos acionistas, anteriormente realizados em exercícios passados.

Em continuidade às tratativas iniciadas com a Codesa, a Companhia mantém negociações com a autoridade portuária VPorts visando à renovação do contrato de locação, conforme previsto nas cláusulas do contrato originalmente firmado.

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação perante a 3ª Vara Federal Cível de Brasília, requerendo o reconhecimento da unicidade dos prazos de vigência do Contrato de Locação ASSJUR 03/1989, com seus respectivos aditamentos, celebrado entre a CPVV e a Codesa, e do Contrato de Adesão (adaptado) nº 54/214, pleiteando a fixação do termo final em 1º de dezembro de 2039. A ação foi julgada procedente em primeira instância, tendo a Codesa e a União interposto recurso ao Tribunal Regional Federal, onde os autos aguardam julgamento.

Também foi ajuizada ação de consignação em pagamento referente aos aluguéis, processo nº 1005245-57.2021.4.01.3400, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Brasília – DF.

A Companhia ainda não está aplicando integralmente a NBC TG 06, em razão da pendência de conclusão do processo jurídico relacionado ao tema.

2.1. Moeda funcional

A moeda utilizada dentro do ambiente econômico da Entidade é o Real (R\$). Apresentando as Demonstrações financeiras em milhares de Reais.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

i) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços de apoio marítimo e base de suprimentos *offshore*, é reconhecida conforme a execução dos serviços. Os serviços são medidos com base nas horas e quantidade de serviços prestados e por tipo de serviço. Os contratos vigentes de prestação de serviços com as indústrias petrolíferas possuem cláusula que prevê faturamento mínimo, o reconhecimento deste faturamento ocorre no encerramento do mês em que não tenha ultrapassado este limite previsto em contrato.

ii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia

considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização. Não foi constituída provisão para devedores duvidosos em virtude de a Companhia não apresentar histórico e perspectivas futuras de realização das contas a receber.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na **Nota 7** e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. O imobilizado está líquido de créditos dos impostos e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

2.6. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor

recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.9. Tributação

Impostos sobre serviços prestados

As receitas sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2% e 5%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado. Os custos de serviços prestados e produtos vendidos estão apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não comutatividade do PIS e COFINS na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes da incidência sobre outras receitas e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

2.10. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como, plano de assistência médica e odontológica e refeição. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida do respectivo reembolso, se existir.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação

e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são a provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e valor justo dos investimentos.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Os ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos e passivos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1.280	536
Aplicações financeiras	13.227	10.595
	<u>14.507</u>	<u>11.131</u>

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras estão representadas por Fundos de Renda Fixa não exclusivas, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que variam entre 95% a 100% em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4. Clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Vencimentos em 30 dias	1.429	4.293
Vencimento entre 31 e 60 dias	4.561	-
	<u>5.990</u>	<u>4.293</u>

As contas a receber são registradas no ativo circulante e possuem vencimento inferior ou igual a 12 meses, desta forma os valores estão apresentados ao valor de realização.

5. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
INSS retido na fonte sobre faturamento	75	75
IRRF retido na fonte	238	-
Saldo negativo IRPJ/CSLL	439	439
	<u>752</u>	<u>514</u>

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza ou não e em curto prazo, desta forma os valores estão apresentados a valores de realização, não sendo necessário o registro de ajuste a valor presente.

6 . Propriedades para Investimentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imóveis	498	498

(*) A composição da conta de propriedades para investimentos são duas salas comerciais localizadas na cidade de Macaé-RJ.

O valor das propriedades para investimento, são mantidos para fins de renda de aluguel a longo prazo e valorização, e estão apresentados na Demonstrações de Resultado pelo valor de custo.

7. Imobilizado

CONTA	Custo de aquisição	Depreciações acumulada	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	41.794	(36.258)	5.536	6.905
Máquinas e equipamentos	771	(737)	34	40
Outros imobilizados	<u>2.925</u>	<u>(2.081)</u>	<u>844</u>	<u>1.045</u>
TOTAL	<u>45.490</u>	<u>(39.076)</u>	<u>6.414</u>	<u>7.990</u>

A Administração efetuou uma análise e entende que as taxas de depreciação adotadas são coerentes com o prazo de concessão para os bens operacionais e com as expectativas da vida útil econômica dos demais bens e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025. As taxas de depreciação e amortização adotadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação
Instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	4%
Móveis e utensílios (outros imobilizados)	10%
Veículos próprios (outros imobilizados)	20%
Computadores e periféricos (outros imobilizados)	20%
Rede de comunicação (outros imobilizados)	20%
Máquinas e equipamentos	20%

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	932	793
INSS a recolher	174	152
FGTS a recolher	59	45
Imposto de renda sobre salários a pagar	102	148
	1.267	1.138

9. Créditos tributários e depósitos judiciais

A Companhia disputa em juízo algumas reclamações trabalhistas, para as quais não constituiu qualquer provisão por considerar, com base na opinião de seus consultores jurídicos, os quais classificaram as probabilidades de perdas sobre estas causas como remotas.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Depósitos judiciais	Depósitos	Ativo líquido	Depósitos judiciais	Depósitos	Ativo líquido
Processos trabalhistas	2.376	(7)	2.369	2.312	64	2.376
Processo tributário	103	-	103	103	-	103
	2.479	(7)	2.472	2.415	64	2.479

10. Partes Relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda	541	541
Comvix Trading S.A.	180	180
Tervap Pitanga Mineração S.A.	201	201
	922	922

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado está assim representado:

		R\$	
	Quantidade de ações ordinárias	31/12/2025	31/12/2024
Comvix Trading S.A.	4.018	4.018	4.018
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	11.645	11.645	11.645
Orlando Machado Junior	408	408	408
Tervap Pitanga Mineração S.A.	4.339	4.339	4.339
	20.410	20.410	20.410

b) Dividendos e Reserva Legal

Os dividendos propostos demonstram-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	2.721	5.306
Constituição da reserva legal (5%)	(136)	(265)
Base de cálculo dos dividendos	2.585	5.041
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	646	1.260

O estatuto da Companhia estabelece que, do lucro líquido do exercício, obtido após a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, destinar-se-á:

- 5% (cinco por cento) para Reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; e
- 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento dos dividendos obrigatórios, obedecida a proporcionalidade no capital social.

c) A disposição da assembleia

A Administração da Companhia encaminhará para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, a destinação dos lucros retidos, no montante de R\$ 1.939. Apresentamos a seguir a parcela a ser destinada:

Destinação do lucro líquido do exercício	31/12/2025
Lucro líquido do exercício da Controladora	2.721
Dividendos mínimos obrigatórios propostos 25% (Nota 11b)	(646)
Destinação para reserva legal 5% (Nota 11b)	(136)
Parcela a disposição da Assembleia Geral	1.939

12. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	37.283	33.379
Impostos sobre as vendas	(4.523)	(4.097)
Receita operacional líquida	32.760	29.282

13. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Locação de máquinas	5.045	2.210
Serviços de Terceiros	1.352	1.501
Salários, benefícios e encargos sociais	7.638	6.729
Água e energia	829	713
Depreciações	1.275	1.597
Outros	3.547	2.700
	19.686	15.450

14. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	3.369	3.004
Serviços de Terceiros	5.992	3.382
Outras despesas administrativas	1.583	1.255
Despesas tributárias	98	113
	11.042	7.754

15. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

16. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.